**Conclusões dos trabalhos do Fórum Económico de Trás-os-Montes**

A 30 de maio de 2014, Associações Empresariais e empresários de Trás-os-Montes, reuniram no Fórum Económico de Trás-os-Montes, no qual participaram Associações Empresariais das Províncias de Zamora e de León, iniciativa associada às comemorações dos 25 anos do NERBA.

Este Encontro Empresarial pretendeu identificar algumas orientações estratégicas e ideias de projetos mobilizadores, ao nível regional e no âmbito da cooperação transfronteiriça focadas numa trajetória de crescimento económico e de criação de emprego, em sintonia com a estratégia da União Europeia para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

O programa do Fórum Económico juntou competências da área empresarial, académica, institucional, exemplos de boas práticas empresariais e associativas e de cooperação territorial e transfronteiriça.

Terminados os trabalhos e o debate tiraram-se as conclusões constantes do presente documento.

Trás-os-Montes tem estado num processo contínuo de perda e envelhecimento da população, com um índice de envelhecimento é de 253,9%, agravando-se dia a dia o saldo natural e o saldo migratório.

O PIB de Trás-os-Montes está 13,6 pontos percentuais abaixo da média da Região Norte, 30% abaixo do rendimento médio nacional e 50% da média da UE a 28. Trás-os-Montes, sofre com os efeitos da interioridade e das políticas que contribuíram para no litoral concentrar 70% da população, 80% da economia, 85% dos alunos do ensino superior, e levaram ao encerramento regular de serviços públicos.

Os Índices de Desenvolvimento (ID’s) dos diferentes concelhos do distrito de Bragança, mantêm-se negativos, exceção do concelho de Bragança que desde 1991, reforçou a liderança em termos de desenvolvimento em relação às demais cidades capitais de distrito do interior fronteiriço.

Apesar das enormes fragilidades, na generalidade dos concelhos, importa destacar evoluções positivas significativas. No período de 2002 a 2013, no Alto Trás-os-Montes, o PIB per capita cresceu 39,5%, convergiu com a região Norte 12,5 pontos e aproximou-se 11,7 pontos da média nacional e 6 pontos da média da União Europeia.

De 2009 para 2013, no distrito de Bragança, o peso das exportações no contexto da Região Norte duplicou, passou de 0,99% para 1,86% (Bragança representa 87,5%), o que significa mais riqueza gerada, mais emprego, inovação e competitividade. Muitas destas exportações tem a ver com a atividade industrial que apesar do incremento registado, tem que aumentar a sua dimensão, uma vez tratar-se de um sector estratégico para o crescimento de riqueza e de emprego.

As qualificações dos recursos humanos têm evoluído, com destaque para Bragança, alguns pontos acima da média nacional. Tem sido importante a ação do Instituto Politécnico de Bragança que tem concretizado um percurso de crescimento e de qualidade, com impacto regional positivo no conhecimento e de cerca de 10% na economia.

Ao nível das acessibilidades, não estando a totalidade dos principais problemas resolvidos, é certo que há uma década atrás a situação era mais constrangedora do desenvolvimento. Note-se que, Bragança tem uma localização geográfica favorável às exportações para o mercado europeu. As infraestruturas estão bastante mais desenvolvidas e a atratividade dos principais centros urbanos é elevada. As Instituições estão melhor apetrechadas em termos de recursos físicos, humanos e tecnológicos e a cooperação Regional e ao nível transfronteiriço faz-se de forma mais estratégica. O nosso desafio para 2020, é o de manter o ritmo de convergência com o País, imprimir velocidade ao crescimento económico e á criação de emprego.

Os fundos estruturais que a União Europeia disponibiliza para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, serão entre 2014 e 2020, o principal instrumento de financiamento de apoio ao desenvolvimento do País e à correção de assimetrias regionais. Trás-os-Montes deve por isso alinhar de forma clara e objetiva as sua orientações e metas a atingir com o programa “Portugal 2020”, nos programas operacionais temáticos e regionais e dos instrumentos de operacionalização. Considerar os seus recursos e ativos, a sua base institucional e empresarial e as dimensões de procura, elegendo como eixos estratégicos de desenvolvimento: o ambiente, o desenvolvimento rural e o turismo.

Deve ser dada a necessária relevância aos desafios do crescimento inclusivo. As empresas necessitam por razões associadas ao aumento da capacidade produtiva, da competitividade e da inovação, de investir nas condições de trabalho, promover uma política laboral justa, melhorar a qualidade do emprego criado. Devem encarar a responsabilidade social como uma estratégia de criação de valor, de desenvolvimento social e de boa imagem global da empresa no mercado.

Contextualizou-se a importância da agricultura da região no todo nacional e salientou-se a sua grande riqueza, diversidade e capacidade de evoluir para novas produções, destacando a sua excelente aptidão para se posicionar num nicho Gourmet com elevado potencial de valorização comercial.

A agricultura em Trás-os-Montes mantém uma elevada importância tanto em termos territoriais como em termos sociais, 40,9 % da população residente é população agrícola familiar e contribui com 6.9% para o valor acrescentado bruto global da região.

Em Trás-os-Montes localiza-se mais de 1/3 da área vitícola nacional.

A produção nacional de castanha situa-se essencialmente em Trás-os-Montes, 86% da produção nacional, assim como a de amendoeira, com 67% da produção nacional. Trás-os-Montes é também a segunda principal região olivícola nacional, representando 22.4% da superfície de olivais.

Evidenciaram-se igualmente algumas fragilidades das quais se destacam: a atomização da oferta, a fraca organização dos produtores, a dificuldade de acesso à terra por parte dos novos agricultores, insuficiente apoio técnico aos agricultores, insuficiências no planeamento dos projetos de investimento. A insuficiência de barragens e de modernos sistemas de rega, investimento necessário para aumentar a produtividade agrícola, apoiar novas culturas agrícolas.

O dinamismo da agricultura regional ficou igualmente demonstrado pelos indicadores de investimento no período 2007-2013, correspondente à execução do Plano de Desenvolvimento Rural que agora termina.

O novo Plano de Desenvolvimento Rural para o período 2014-20 poderá contribuir para solucionar alguns constrangimentos do setor. Destaque para o agrupamento de produtores e a inovação, orientações que poderão contribuir para uma maior competitividade.

O facto de Trás-os-Montes ter ficado de fora do processo de industrialização do país, fez com que se mantivessem condições ambientais de excelência, hoje uma mais valia, por este e outros motivos, Trás-os-Montes é por excelência um destino do Turismo de Natureza produto estratégico que integra outras vertentes, cultural, monumental, religioso, gastronómico..).

Neste território, os valores naturais, as tradições, o património de identidade estendem-se ao território fronteiriço espanhol, espaços que no conjunto constituem uns dos maiores núcleos europeus de biodiversidade. O ZASNET AECT, procura dar visibilidade, notoriedade e reconhecimento externo a esta realidade, através de candidatura á UNESCO como “Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica”.

Na última década, em Trás-os-Montes, a oferta de camas quase duplicou, resposta significativa de investimento privado às boas perspetivas de desenvolvimento do turismo da Região. Para rentabilizar, viabilizar investimentos, requalificar e fazer novos, é necessário aumentar a procura turística, afirmar Trás-os-Montes como destino turístico, em articulação com o destino Douro e com a região transfronteiriça.

Ao sector privado cabe fazer os negócios turísticos, criar produtos e serviços turísticos diferenciadores, desenvolver a oferta do lado da operação turística.

Para a afirmação de Trás-os-Montes como destino turístico, é necessária uma estratégia e organização intermunicipal para de forma integrada, afirmar o potencial turístico, o que pode ser feito com base na marca chapéu Trás-os-Montes, a ser trabalhada por uma Agência de Desenvolvimento Regional de que adiante se fala.

Trás-os-Montes tem no contexto do planeamento que contar com as competências científicas do IPB e com o desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia. A participação em redes europeias de inovação em complementaridade com os centros de competências transfronteiriços, são importantes para a competitividade e internacionalização da economia.

O IPB tem vindo a consolidar algumas áreas estratégicas de especialização, bem integradas com a economia regional, com grande capacidade de liderar projetos de investigação e integrados em redes que envolvem outros parceiros nacionais e internacionais. Como reflexo desta intensa atividade de investigação aplicada, o IPB surge posicionado nos primeiros lugares dos rankings que medem a atividade científica, estando preparado para apoiar o desenvolvimento regional assente na inovação.

No Brigantia-EcoPark pretende criar-se um ecossistema baseado na economia do conhecimento, onde a comunidade científica e empresarial possam trabalhar em estreita parceria, com o objetivo de promover a criação e o crescimento de empresas inovadoras a partir da região, mas também a atração de investimento externo assente na inovação, entre o qual se inclui a fixação de centros de investigação e desenvolvimento de grandes empresas.

Verifica-se que cerca de 98% das empresas da região são micro e pequenas empresas, na larga maioria das empresas não existe uma cultura ou tradição de internacionalização. A experiência internacional torna as empresas mais profissionais, mais conhecedoras dos mercados, melhora a performance dos colaboradores e motiva a equipa das empresas, garante regularidade e aumento da produção e fluxos financeiros consistentes, torna-as mais competitivas e nesse sentido permite-lhes ganhar mais força também no seu mercado interno.

A proximidade geográfica e cultural de Trás-os-Montes aos territórios da Galiza e Castela e Leão, a que nos últimos anos a dinâmica política e institucional deu um forte incremento bilateral, a presença de Diásporas fortes, de portugueses e espanhóis, são uma realidade e um potencial enorme de crescimento para as empresas que o devem abordar, tanto individualmente como em consórcio.

 A internacionalização e as exportações não devem ser encaradas como algo de inatingível, existindo variados organismos e instrumentos que podem auxiliar os empresários desta região a iniciarem a sua jornada para os mercados externos, de entre eles o mais relevante a AICEP – Portugal Global.

Concluiu-se pela relevância de criação por parte das associações empresariais de uma Rede Empresarial de Cooperação Transfronteiriça, aproveitar a proximidade da língua e culturas portuguesa e espanhola, que são um canal aberto para mercados emergentes e com dimensão, promover projetos e oportunidades de negócios, individuais e partilhados, ganhar escala na exportação e internacionalização e realização de um Encontro Empresarial Anual e Feira Transfronteiriça (rotativos), tendo como parceiro o ZASNET-AECT, Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial.

A Região necessita ser promovida e divulgada a nível externo, identificar e captar investidores, turistas, clientes para escoamento de excedentes e aumentar a economia e o emprego; divulgar o conjunto dos fatores distintivos, de oferta de oportunidades e de incentivos, os produtos e empresas da região de forma coerente e com imagem própria e promover o marketing territorial.

Para tal há que criar e gerir a marca chapéu Trás-os-Montes, promovendo e valorizando os produtos do território, monitorizando o desenvolvimento da região, melhorando os níveis de competências e criando as condições de cooperação e de partilha de oportunidades.

Pelo exposto, face à dimensão e exigência dos mercados, entende-se como prioritário que, por iniciativa política, se juntem interesses da Região, para a Criação da Agência de Desenvolvimento de Trás-os-Montes, com funções de Investimento, de Observatório Socioeconómico, de Marketing Territorial, de Centro de Promoção de Competências e de Fórum de Cooperação.

Como referido, quescoes co ma imagem moderna, atrativa e competitiva" deve ser sinnto que em pouco mais de uma década registou-se na Região uma grande evolução em determinadas áreas. Apesar disso há problemas graves que persistem, como o despovoamento e envelhecimento populacional, com tendência a gravar-se; a saída de serviços públicos; a persistência de desigualdades de rendimento comparativamente á média nacional, sendo chocante em alguns concelhos. As dificuldades criadas por algumas políticas nacionais não ajudem o suficiente, como a eliminação dos incentivos fiscais á interioridade, a redução da presença de serviços públicos, a eliminação das ligações aéreas, a incompreensível exclusão do distrito de Bragança, dos investimentos previsto para os próximos sete anos, a realizar no âmbito do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI), cofinanciado pela UE.

Estamos determinados a manter uma trajetória de convergência no PIB per capita com o País, mas o esforço e políticas locais não chegam, é necessário um maior esforço de solidariedade nacional, feito num âmbito territorial de soberania, não de caridade. É necessário que o Estado decida, de vez, o que pretende para o Interior, tomando as medidas adequadas para combater o galopante despovoamento. Pese embora o facto de poderem no curto prazo contribuir para algum aumento do desequilíbrio das contas públicas, no médio e longo prazo serão benéficas para a região, para o País e para a coesão do todo nacional.

Citamos a título de exemplo algumas medidas de rotura que só o Governo pode tomar, algumas no âmbito da Reforma do Estado, como: a deslocalização para o Interior de Serviços Públicos de âmbito nacional; a criação de incentivos fiscais e financeiros suficientemente atrativos para o Interior, dirigidos às empresas, à competitividade e à inovação; aumentar a presença de ensino superior no Interior; reformar o Parlamento, dando voz ao Interior.

Há outras medidas de política pública, que são urgentes para a coesão e a competitividade como: repor urgentemente as ligações aéreas e investir no aeródromo; construir a ligação de Bragança à Puebla de Sanábria; melhorar as ligações às sedes dos concelhos de Vimioso e Vinhais; investir na construção de barragens de regadio e de modernos sistemas de regadio, garantir uma maior e melhor aplicação de fundos estruturais no Interior, para a correção das assimetrias; não penalizar a Região com a aplicação de portagens na A4 visto não dispormos de alternativa a esta via, por isso não devem ser alteradas as condições iniciais.

Bragança 30 de maio de 2014

Os responsáveis pela redação das conclusões,

António Jorge Nunes

Francisco Terroso Cepeda

Orlando Rodrigues